

O Vereador que este subscrêve, submete a apreciação da Câmara o seguinte:

Ante-Projeto de Lei nº 7/62.

(Apróva o pagamento de abono de Fim de Ano a todos os funcionários e Trabalhadores Municipais).

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura, um crédito especial na importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), destinando-se ao pagamento de abono de Fim de ano a todos os funcionários e trabalhadores Municipais, baseando-se nos seguintes parágrafos:

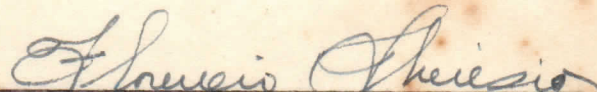
§ 1º - Todos os funcionários e trabalhadores que contarem até o final do presente exercício mais de dez meses de serviços prestados a Municipalidade perceberão o pagamento do décimo terceiro mês no mês total em que fôr o vencimento do ultimo mês do exercício.

§ 2º - Para os funcionários e trabalhadores que contarem acima de nove dias de serviços prestados perceberão 8% (oito por cento) do total ganho desde o início do serviço até o final do presente exercício.

Artº 2º - O recurso para cobertura do crédito especial a que se refere Artigo anterior serão proveniente do excêso de arrecadação que se vêm verificando na arrecadação dos impostos Territorial Rural código 0.11.1 Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) e de Transmissão de propriedade imóvel "Inter-Vivos" código 0.14.1. Cr\$ 300.000,00.

Artº 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua oficial publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões da Câmara Municipal, da Lapa, em 15 de Outubro de 1962


Florencio Terézio.
Vereador pelo P.D.C.

Encaminhe-se as Comissões de Legislação e Justiça, e logo em seguida a de Finanças Orçamentos e Tomadas de Contas, para na ordem emitirem seus respectivos pareceres.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em
15 de Outubro de 1.962.


Presidente.

JUSTIFICATIVA AO ANTE PROJETO DE LEI Nº

Senhores Vereadores;

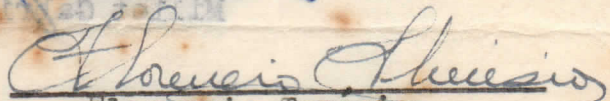
Todos os funcionários Federais já fazem já a um abono equivalente a um mês de vencimentos, no final de cada exercício, amparado que estão, por Lei elaborada pelas maiores inteligências legislativas do Brasil.

Com esse exemplo, não são poucas as Municipalidades que já adotaram igual medida, em favor de seus funcionários, notando-se tendências de generalização, mormente considerando-se o acentuado sentimento Cristão do nosso povo.

Queremos apenas evitar que seja a Lapa, a ultima seguidora de se notavel exemplo, vindo do nivel mais alto da Legislação Nacional.


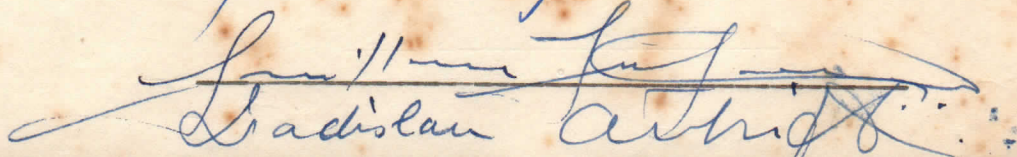
Eis a razão do presente Ante-Projeto de Lei.

Lapa, 15 de Outubro de 1962.


Florencio Terezio

O Ante-projeto retro ofende principios de ordem legal e constitucional Diz o artigo 27 do nosso Código de Posturas, que não pode a Câmara Municipal ter a iniciativa das leis referentes aos funcionalismo público; Di também o parágrafo único do artigo 26 da Lei Orgânica dos Municípios que compete ao Prefeito, privativamente, a iniciativa das leis referentes ao funcionalismo público. Igual é o espirito da lei quando se refere aos funcionários estaduais e federais. A Constituição Estadual, em seu artigo 25 parágrafo segundo e a Constituição federal em seu artigo 67, também parágrafo segundo, dizem ~~que~~ que questões dessa natureza competem aos poderes executivos estadual e federal ter a iniciativa e não os legislativos. Em face do exposto, opino pela rejeição do projeto.

Page 29/10/62

Os novos níveis salariais a serem decretados acarretarão grande aumento nas despesas da Prefeitura, uma vez que, além do aumento da folha de pagamento dos operários, obrigará ainda o Snr. Prefeito a reajustar os vencimentos do funcionalismo, agravando a situação financeira do Município. Os cofres públicos não estão, em vista disso, em condições de arcar com as despesas mencionadas no presente ante-projeto.

Ratifico o parecer dado pela Comissão de Legislação e Justiça opinando pela rejeição do presente ante-projeto de lei.

E o parecer, Lapa, 12-11-62

José A. Leonardi.

Presidente da Comissão de Orçamento.

Opino pela aprovação do presente ante projeto de Lei.

Sala das Sessões da Câmara Municipal em, 19-11-62

Millet Gabriel Baduy

Florencio Terzio

For 24/10/62

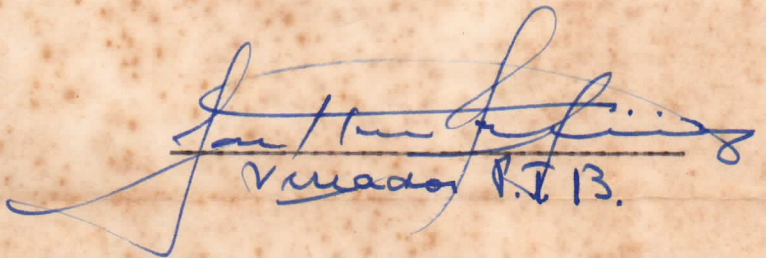
O Vereador que es te subscreve, apresenta à Câmara Municipal, o seguinte substitutivo, ao Ante-Projeto nº 11/63

Art. 1º - Fica Instituído como abono de natal, o décimo terceiro salário, ~~atendendo ao Art. 1º, 2º e 3º~~, a todos os funcionarios, operarios, zeladores, e extra numerarios da Prefeitura Municipal da Lapa.

Art. 2º - No mez de dezembro de cada ano, o sr. Prefeito Municipal, mandará, faser a folha do abono de natal que correponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente, 0 abono de natal, será pago independentemente da renumeração a ^{que} fiser júz.

Art. 3º o pagamento a que se refere o Art. 2º será pago pelos cofres municipais até o dia 20 de dezembro de cada ano impreterivelmente.

hona 15-12-63


Vereador R.T.B.

Retirado o Substituto, do
Anti-projeto, da ordem do dia, pelo
preposuente.

Sol das Sete em 18/12/63
Fidelon Moreira
Pres. em exercício

Emenda a indicação da
designação e mudança de nome de
ruas da cidade de São Paulo.

- a) ~~conforme indicação~~
~~conferir o nome de João Pessoa~~
- b) conforme a indicação
- c) " " "
- d) " " "
- e) Passaria a ter o nome de Beremio
Getúlio Vargas.
- f) conforme a indicação
- g) Passaria a ter o nome de João Lucas
aprovada
- h) Passaria a ter o nome de ~~Amador~~
~~Laurentino~~ Joaquim Alves de
Lacerda.
- i) Passaria a ter o nome de Almeida
Salaya Cortes
- j) Passaria a ter o nome de Monsenhor
Laurentino
- k) conforme indicação
- l) conforme indicação
- m) Passaria a ter o nome de Ulhaens
do Amarel.
- n) conserva o nome de Marquês de Serra
- o) conforme a indicação
- p) conforme a indicação

Projeto de Lei nº 1.111
O Vereador que este subscreve, apresenta à Câmara Municipal da Lapa, o seguinte Ante-Projeto de Lei 9/63.

Projeto de Lei nº 1.111
Art. 1º - Fica instituído o Décimo Terceiro Salário, correspondente a um mês de vencimentos de cada um, aos Funcionários, Operários, Zeladores, Professores e Extra-numerários da Prefeitura Municipal da Lapa.
Art. 1º - Fica instituído o Décimo Terceiro Salário, correspondente a um mês de vencimentos de cada um, aos Funcionários, Operários, Zeladores, Professores e Extra-numerários da Prefeitura Municipal da Lapa.

§ Único: - O Salário de que trata o presente artigo, será pago, impreterivelmente, até o dia quinze (15) do Mês de dezembro de cada ano.

Art. 2º - Em consequência da presente Lei, fica revogado o Art. 5º da Lei Municipal nr. 276 de 29 de março de 1962 que instituiu o Abono de Natal, aos Servidores Municipais.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, oportunamente, o crédito especial necessário ao cumprimento desta Lei.

Art. 4º - Revagam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal da Lapa, em 11 de novembro de 1963.-

Assinado
Assinado P. B.

Encaminhe-se as Comissões de Legislação e Justiça e a seguir à de Finanças e Tomada de Contas para na ordem emitirem, seus respectivos pareceres.

Sala das Sessões em 11 de novembro de 1.963.